

ATIVISMO TRANSNACIONAL, O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS GEOGRAFIAS PÓS-COLONIAIS.

Breno Bringel

Resumo

A partir da década de 1990, o mapa das teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais transformou-se rapidamente. Frente a este cenário interpretativo emergente, o artigo propõe aprofundar na reflexão de alguns aspectos teóricos e epistemológicos relativos ao ativismo transnacional e às intersecções entre o debate pós-colonial e o estudo dos movimentos sociais. Com este fim, o texto está dividido em três partes: na primeira parte propõe-se uma discussão epistemológica sobre o debate pós-colonial e a questão de como geramos conhecimento sobre/a partir/com os movimentos sociais; na segunda parte são exploradas três dimensões teóricas e políticas (espacialidade, tradução e difusão) que supõem um desafio central para uma interpretação não eurocêntrica das ações coletivas e movimentos sociais contemporâneos; finalmente, a modo de conclusão, as novas geografias pós-coloniais são problematizadas a partir de algumas considerações mais empíricas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e do ativismo rural transnacional.

Este texto foi apresentado na Mesa Redonda "Movimentos Sociais e Estudos Pós-Coloniais", no I Seminário Internacional (III Seminário Nacional) "Movimentos Sociais, Participação e Democracia", celebrado entre os dias 11 e 13 de Agosto de 2010, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Uma versão prévia foi apresentada como palestra no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no dia 06 de Agosto de 2010. Agradeço, no que se refere ao primeiro evento, os enriquecedores comentários de Ilse Scherer-Warren, debatedora da sessão, e o diálogo com os participantes no Seminário. No que se refere ao segundo caso, agradeço os comentários de Paulo Henrique Martins, Remo Mutzenberg, Vamberto Spinelli Junior, Eliane Veras, Cynthia Lins Hamlin e Silke Weber. Também sou muito grato a Enara Echart, intelectual e ativista diaspórica, por seus comentários sobre a exploração deste perfil, e a Sidney Tarrow por seus comentários e referências sobre as dinâmicas de difusão no ativismo transnacional.

Breno Bringel

Palavras-chave

Movimentos sociais. Ação coletiva transnacional. Estudos pós-coloniais. Espacialidade. Tradução.

TRANSNATIONAL ACTIVISM, SOCIAL MOVEMENT STUDIES AND THE NEW POSTCOLONIAL GEOGRAPHIES

Abstract

From the 1990s theories of collective action and social movements have changed faster. Facing this emerging interpretative scenario, the article proposes to deepen the reflection of some theoretical and epistemological issues related to transnational activism and the intersections between postcolonial debate and social movement studies. To this end, the paper is divided into three parts: firstly, I propose an epistemological discussion on the post-colonial debate and the question of how we generate knowledge about (and with) social movements; secondly, I explore three theoretical and political dimensions (spatiality, translation and diffusion), which assumes a central challenge for a non-Eurocentric interpretation of the collective actions and contemporary social movements; and, finally, by way of conclusion, the new post-colonial geographies are problematized from more empirical considerations of Brazilian Landless Movements (MST) and the transnational rural activism

Keywords

Social movements. Transnational collective action. Postcolonial studies. Spatiality. Translation.

1. Introdução: descolonizar as teorias dos movimentos sociais?

A partir da década de 1990, o mapa das teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais transformou-se rapidamente. O que, desde a década de 1960, com a institucionalização do debate sobre o tema, era um campo bastante delimitado - em termos disciplinares, geográficos e, inclusive, epistêmicos - transforma-se num campo mais dinâmico - aberto a novas

disciplinas, áreas de estudos, tipos de contestação e visões de mundo -, porém, também mais fragmentado (KLANDERMANS e ROGGE BAND, 2007). As anteriores divisões entre correntes e paradigmas são substituídas por abordagens mais plurais e inclusivas, sem que os enfoques clássicos percam totalmente sua influência, já que grande parte da teorização recente não é tanto uma renovação radical do debate, senão uma atualização. Nos Estados Unidos, o projeto *contentious politics*, com grande projeção global, dialoga com a produção prévia, desvinculando-se do estruturalismo e buscando interpretações mais relacionais não somente para os movimentos sociais, mas para diversas formas de contestação política e social (BRINGEL, 2011). O debate na Europa passa a dialogar crescentemente com dito projeto, mas mantém, em termos gerais, uma maior preocupação pelo cultural e pelas subjetividades. Ao mesmo tempo, recebe ampla influência empírica dos movimentos mais ativos recentemente presentes na região (principalmente os movimentos de antiglobalização e de migrantes) e uma forte influência teórica dos "giros" linguísticos, culturais e espaciais, em grande medida vinculados ao debate sobre os limites da globalização e da modernidade.

Contudo, é em outras partes do "Sul Global", principalmente na América Latina, onde os movimentos sociais demonstraram estar mais ativos na última década, com importantes irrupções na cena política e social. E quando nos deparamos com o desafio de interpretar os movimentos sociais latino-americanos contemporâneos, encontramos-nos novamente com uma problemática fundacional mal resolvida: as noções, categorias e conceitos utilizados para a "sociologia dos movimentos sociais", emergente na década de 1960, estavam construídos principalmente a partir das experiências europeias e norte-americanas (em particular, o Maio de 1968 francês na Europa e as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos) e não a partir das lutas anticoloniais e anti-imperialistas estendidas pela América Latina e África. O desenvolvimento deste debate levou a um importante avanço frente a perguntas tais como: por que as pessoas participam de movimentos sociais? Por que em alguns momentos há maior grau de mobilização que em outros? Como as estruturas de oportunidades políticas afetam essas dinâmicas de mobilização e desmobilização? Como os movimentos sociais se relacionam com as políticas públicas e outros atores sociais e políticos? No entanto, a aplicação acrítica deste debate para analisar realidades não ocidentais foi gerando um crescente sentimento de insatisfação entre muitos

autores. Estudos pioneiros criticaram de diferentes maneiras, tanto na América Latina (GOHN, 1997) como na África (MANDANI e WAMBADIA-WAMBA, 1995), o viés eurocêntrico de muitas análises e a necessidade de buscar um "paradigma próprio", que foi delineado de forma incipiente, buscando as experiências e especificidades das lutas sociais em cada região. Daí a seguinte pergunta: é necessário descolonizar as teorias dos movimentos sociais? Como fazê-lo?

Neste texto proponho não somente aprofundar os giros teóricos recentes no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais, mas também assinalar a importância de uma abertura mais ampla, de caráter epistemológico. Em particular, buscarei explorar duas questões inter-relacionadas das dinâmicas "movimentistas" contemporâneas: Como interpretar o ativismo transnacional contemporâneo? Como este ativismo se insere dentro das novas geografias pós-coloniais? Para isto, não estou propondo uma negação das teorias provenientes do Norte, senão uma articulação do potencial crítico destas com teorizações e experiências do Sul Global².

O artigo está dividido em três partes: na primeira parte propõe-se uma discussão epistemológica sobre o debate pós-colonial e a questão de como geramos conhecimento sobre/com os movimentos sociais; na segunda parte são exploradas três dimensões teóricas e políticas (espacialidade, tradução e difusão) que supõem um desafio central para uma interpretação não eurocêntrica das ações coletivas e movimentos sociais contemporâneos; finalmente, a modo de conclusão, as novas geografias pós-coloniais são problematizadas a partir de algumas considerações mais empíricas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e do ativismo rural transnacional.

2. Por um giro epistemológico no estudo dos movimentos sociais

A emergência de "epistemologias alternativas" ao *mainstream* que questionam o caráter patriarcal, racista, capitalista e eurocêntrico da modernidade e suas formas de conhecimento teve uma acolhida e impacto

² Nesta mesma linha, mas em termos mais amplos de articulação da crítica antiutilitarista no Norte e dos estudos pós-coloniais no Sul, *vide* Martins (2011).

desigual entre os estudiosos dos movimentos sociais. Até meados dos anos 1990 houve uma disputa de caráter muito mais ontológico (a fratura "clássica" existente neste campo de estudos entre os "estruturalistas" e os "acionistas") que epistemológico e, com frequência, têm sido os próprios movimentos sociais progressistas e outros atores subalternos (por suas diferentes visões societárias e inserção na vida social) ou algumas teorizações críticas mais amplas quem vêm forçando, de forma mais sistemática, a necessidade de repensar a questão da produção do conhecimento no mundo contemporâneo.

Se bem no seio do marxismo já se havia denunciado as diferentes posturas epistemológicas entre o proletariado e a burguesia, são algumas filósofas feministas quem, criticando certo reducionismo de classe e reivindicando as especificidades de sua opressão, desenvolveriam propostas aprofundadas de uma "epistemologia feminista" (HARDING, 1986). O estudo de Verta Taylor (1998) sobre o movimento de mulheres em casos de depressão pós-parto é um ótimo exemplo de como esse debate epistemológico feminista incorporou-se ao estudo dos movimentos sociais. Mas, antes disso, vários intelectuais negros como Franz Fanon, Cheikh Anta Diop, Léopold Sédar Senghor, Aimé Césaire e outros vinculados à negritude e ao pan-africanismo também haviam aberto importantes pistas para pensar o racismo como uma característica constitutiva da "razão helênica" que, com sua visão universal, levaria à construção de oposições binárias entre o moderno e o tradicional, nublando o potencial epistêmico de configurações locais de pensamento, tanto na produção como na reprodução de conhecimento, difundido, no caso

³ Alberto Melucci (1989, 1996) foi o autor que mais contribuiu para a superação dessa dicotomia ontológica no estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais. Para isto, são fundamentais suas considerações fenomenológicas sobre os movimentos sociais e as necessidades individuais, assim como a identidade coletiva como fator intermediário, onde as estruturas podem condicionar, mas não determinar a ação coletiva, que pode acontecer ou não dependendo dos recursos (materiais e simbólicos), da capacidade de mobilização e, em concreto, da existência de redes de confiança e uma identidade coletiva. Isto supõe um avanço importante frente ao individualismo metodológico prévio, típico das teorias da mobilização de recursos e da escolha racional, mas também frente aquelas interpretações centradas fundamentalmente no caráter determinante do contexto e suas oportunidades e/ou restrições para a ação, como é o caso de algumas leituras mais rígidas das estruturas de oportunidades políticas. Teorizações mais amplas na teoria social, como as de Archer (2003), também vêm contribuindo (ainda que provavelmente de forma indireta) para um debate ontológico mais reflexivo entre os estudiosos dos movimentos sociais.

africano, principalmente por meio da oralidade. Igualmente, autores bastante conhecidos nos círculos africanos, mas autênticos desconhecidos aqui na América Latina, como Théophile Obenga, Mabika Kalanda e Chinweizu realizaram diferentes esforços intelectuais que valem a pena ser resgatados: no primeiro caso, uma profunda discussão sobre a origem e etimologia da filosofia que, para o autor, nasceria no Egito - com conexões com a África negra - e não na Grécia (OBENGA, 1992; 2004); nos outros dois casos, destacam-se as reflexões sobre a "descolonização da mente africana". No caso de Kalanda (1965), uma intervenção claramente política nas lutas anticoloniais no Congo; e, no caso de Chinweizu (1987), um ensaio sobre as várias manifestações do que o autor denomina "mentalidade colonial" e sobre como ela repercutiu em termos culturais, econômicos, políticos e científicos.

Devemos somar a estes esforços outros mais recentes, ligados a projetos intelectuais coletivos, como os do grupo "modernidade/colonialidade" e a rede de "antropologias do mundo", ambos com uma importante base operativa no centro do sistema-mundo, mas com a mirada voltada para o Sul Global. No primeiro caso, considera-se que depois do *colonialismo*, regiões como a América "Latina" continuaram expostas à *colonialidade* do poder (da política e da economia), do saber (em termos epistêmicos, filosóficos e científicos) e do ser (afetando a sexualidade ou as subjetividades). Dentro da perspectiva da colonialidade do saber, a ciência é vista como um dos principais motores da racionalidade moderna ocidental e reivindica-se a necessidade de considerar a existência de outras racionalidades, a partir de experiências silenciadas ou desperdiçadas, de uma "epistemologia do Sul" (SANTOS, 2006) e da reconfiguração de uma nova "geopolítica do conhecimento" (DUSSEL, 1977; MIGNOLO, 2000)⁴,

⁴ Este debate, aplicado ao âmbito latino-americano, tem como uma das principais referências o livro *Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, compilado por Lander (2000), que reúne alguns dos principais expoentes do projeto modernidade/colonialidade. Para uma leitura mais centrada na região andina *vide* Walsh, Schiwy e Castro-Gómez (2002). Como nota crítica, sugerimos a necessidade de que, dentro dos esforços recentes do pensamento pós-colonial, recuperemos não somente experiências silenciadas, mas também pensadores críticos "olvidados" de diferentes culturas (como é o caso de Kalanda ou Chinweizu, citados anteriormente) que possam contribuir para a descolonização do saber e o avanço de um pensamento crítico renovado e transformador. Caso contrário, corre-se

segundo a qual há uma relação intrínseca entre lugar de enunciação e a produção de conhecimentos.

Por sua vez, a "rede de antropologias do mundo" é um projeto mais delimitado em termos de inspiração disciplinar e se nutre de uma inspiração próxima ao projeto modernidade/colonialidade, porém, dedicando-se à "discussão e intervenção sobre as heterogeneidades das antropologias mundialmente e as geopolíticas do conhecimento implicadas em sua produção" ⁵. Com isto, buscam contribuir para uma maior pluralidade e renovação do cenário antropológico mundial contemporâneo e para aprofundar a crítica epistemológica sobre a antropologia hegemônica (frequentemente associada ao colonialismo, ao imperialismo, à construção da nação e de uma determinada visão de alteridade gerada a partir do centro do sistema-mundo) iniciada no final dos anos 1960 com movimentos intelectuais e lutas sociais, como as da descolonização, as anti-imperialistas e outras que explicitaram as relações entre poder e conhecimento (UNS RIBEIRO e ESCOBAR, 2008).

Subjaz nestas iniciativas tanto a necessidade de buscar uma "transmodernidade" (DUSSEL, 1999) no sentido de culminar o processo inacabado e incompleto da descolonização a partir de um impulso político-utópico liberador, como a de descolonizar, repensar e "abrir as ciências sociais", tal como propunha o Informe da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais, coordenado por Wallerstein (1996). Estes e outros projetos afins vêm realizando, com diferentes enfoques e posturas, importantes ensaios de abertura e ruptura, mas cabe advertir de um limite: é certo que estas correntes intelectuais vêm buscando romper o monopólio das universidades (grande instituição colonial) e dos centros de pesquisa científica sobre a produção do conhecimento, incorporando diálogos fecundos com os movimentos sociais e outros atores sociais para além de uma visão restringida da atividade "extensionista" (alguns exemplos na América Latina são a Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas "Amawtay Wasi" no Equador e o projeto da Universidade

o risco de criar "etiquetas" e referenciais obrigatórios (algo muito típico na dinâmica de difusão do conhecimento das universidades) que, apesar de fundamentais, podem nublar a busca de novas articulações teóricas e epistemológicas.

⁵ É possível consultar o projeto e argumentos fundamentais da rede, assim como aceder a vários documentos no site: <http://www.ram-wan.net/>

Popular dos Movimentos Sociais). Contudo, é habitual ver como o estudo dos movimentos e da ação coletiva *per se* é deixado de lado neste processo, o que acaba resultando em leituras muitas vezes superficiais dos movimentos sociais e suas práticas, ou seja, interpretações que supõem uma "aterrissagem" forçada sobre umas realidades sociais que não foram estudadas a fundo, mas que são utilizadas e/ou apropriadas para justificações teóricas mais amplas. Nesta linha, é habitual ver como os zapatistas do México ou o MST do Brasil convertem-se em exemplos obrigatórios para um amplo número de autores que se autoidentificam com as interpretações pós-coloniais. Ambos os movimentos são frequentemente citados como casos de movimentos sociais que geram "outros conhecimentos" (questão central) e "outras racionalidades", ainda que não se aprofunde a análise de como ocorre este processo. Em alguns casos, como no livro *Postcolonialism*, de Robert Young, o autor cita explicitamente o MST como "modelo de política pós-colonial" (2003, p. 49). E se bem é certo, como bem lembra este mesmo autor, que a apropriação da terra é uma das principais fraturas do poder colonial e que a questão agrária sempre inspirou na modernidade colonial lutas revolucionárias na América Latina, Ásia e África (os nomes de Mao, Guevara e Fanon podem ser facilmente associados a esta lógica), parece-me problemático caracterizar o MST e movimentos similares simplesmente com o rótulo de "pós-coloniais", não porque não esteja de acordo, mas porque, no fundo, não se explica a lógica da ação coletiva e da produção e reprodução desses movimentos, baseados em demandas bastantes materiais e de grande complexidade.

Mas, voltemos à questão de como opera a interação entre o mundo militante e acadêmico na produção do conhecimento. Tampouco estamos aqui frente a um tema novo e, talvez, na base do debate esteja a clássica tensão entre aqueles que consideram que existe uma explicação científica possível sobre a vida política (entre os quais se incluem notavelmente os partidários das "teorias da escolha racional", cujo marco olsiano afetou em grande medida o início do debate sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos) e aqueles que não (que, desde inúmeras perspectivas, constroem e reconstroem um amplo leque de motivações humanas). Dentro desta última linha, na qual claramente nos incluímos, vários autores insistiram em que, além da impossibilidade de uma dissociação entre o científico e o político, uma das melhores maneiras de captar a articulação entre o acadêmico e

o militante é através da coprodução de conhecimento orientada para a ação. Na América Latina, não podemos falar deste tema sem mencionar a contribuição original de Orlando Fals-Borba (1961, 1979), que já nos seus primeiros trabalhos sobre o campesinado na região andina questionou as bases epistemológicas que orientavam os estudos sobre o "desenvolvimento comunitário", buscando outras formas tanto de construir como de difundir o conhecimento científico de suas pesquisas, o que posteriormente se conheceria como "investigação-ação-participativa". Neste mesmo recorrido de ruptura com a instrumentalidade do positivismo e de *devolução* sistemática do conhecimento aos setores populares também se destacou o mexicano Rodolfo Stavenhagen (1971), que propôs a passagem de um "observador participante" a um "observador ativista", reiterando a importância do conhecimento para a transformação social.

É justamente nestas décadas de 1960 e 1970 quando há um maior compromisso dos acadêmicos latino-americanos com as realidades políticas e sociais. A década seguinte marcaria uma crescente especialização do saber e profissionalização das ciências sociais na região para além da "tradição ensaística", o qual contribuiu enormemente para o desenvolvimento do campo acadêmico, mas também gerou um maior distanciamento entre o saber acadêmico e o compromisso militante (DOMINGUES, 2009; SVAMPA, 2007). A proliferação das políticas neoliberais durante a década de 1990 acentuaria ainda mais o processo de transformação do cenário universitário na região, com a proliferação de universidades privadas, a valorização do quantitativo, uma maior burocratização e certa tecnificação da atividade intelectual que torna mais complexa e, em alguns casos, busca deslegitimar o modelo de pesquisa militante (BRINGEL, 2009). No entanto, a irrupção de um novo ciclo de mobilização social na última década, na região, parece haver avivado novas fórmulas de atualização dos vínculos entre o pesquisador/intelectual e o compromisso militante, que vão além do clássico modelo de "intelectual orgânico" gramsciano.

Nesta linha, a socióloga argentina Maristella Svampa propõe uma figura um tanto peculiar: a do "intelectual anfíbio" (SVAMPA, 2007, 2008). Sua proposta parte da necessidade de superar alguns dos limites da "investigação militante", onde a imersão plena no movimento e nas dinâmicas ativistas pode gerar certa rejeição e distanciamento quanto ao mundo acadêmico, assim como a produção de um conhecimento muito

reduzido quanto à perspectiva ativista. Claro que a escolha de penetrar mais em um mundo que em outro está condicionada por uma série de complexas circunstâncias e fatores (que a psicologia social tem buscado desvelar no que se refere à relação entre ação coletiva/individuo), mas, apesar disso, as articulações entre ambos os mundos são possíveis e a metáfora do anfíbio é utilizada para ilustrar que assim como esta classe de vertebrados possui "a capacidade de viver em ambientes diferentes sem mudar por isso sua natureza, o característico do investigador-anfíbio consiste em desenvolver essa capacidade de habitar e se desenvolver em vários mundos, gerando assim vínculos múltiplos, solidariedades e cruzamentos entre realidades diferentes (...) *não estamos* propondo uma construção de tipo camaleônica, no formato de um híbrido que se adapta às diferentes situações e dependendo do tipo de interlocutor, *mas sim* de colocar em jogo e em discussão os próprios saberes e competências, desenvolvendo uma maior compreensão e reflexividade sobre as diferentes realidades sociais e sobre si mesmo" (SVAMPA, 2008, p.31).

Ainda que a posição de "intelectual anfíbio" não seja fácil de ser alcançada em plenitude, e que também gere contradições, sua lógica epistemológica avança na direção da confluência crítica no processo de geração de conhecimento. Trata-se, pois, de um posicionamento que, ao contrário da "interação na objetividade" dos postulados clássicos da "intervenção sociológica" de Touraine (1982), não elude o compromisso militante, mas pretende maximizar as possibilidades oferecidas pela possibilidade/capacidade de transitar entre diferentes ambientes, tanto o acadêmico (onde se toma fundamental o conhecimento das ferramentas teóricas e conceituais utilizadas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais) como o militante (negando a neutralidade da ciência e adentrando-se às subjetividades e apostando pelos projetos de transformação social).

Em suma, pode-se argumentar que o debate pós-colonial contribui para uma (re)abertura epistemológica fundamental no que se refere às fontes e limites do processo de conhecimento sobre/com os movimentos sociais, na medida em que suas propostas epistêmicas priorizam o estabelecimento de diálogos horizontais que reconheçam as múltiplas diversidades (GONZÁLEZ, 2010). Não obstante, considero que, ainda que imprescindível e fértil, este giro epistemológico contemporâneo deve ser melhor "traduzido" ao estudo

dos movimentos sociais. Em outras palavras: o debate pós-colonial supõe um importante avanço normativo, aporta uma filosofia e uma inspiração política de liberação, uma visão de mundo e posicionamento na realidade social, mas ainda não tem sido adequadamente explorado entre os estudiosos da ação coletiva e dos movimentos sociais".

3. Desafios teóricos (e políticos): espacialidade, tradução e dinâmicas de difusão

A interação teórica entre o debate pós-colonial e o estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais pode ser expressa, a grandes rasgos, a partir de três manifestações centrais inter-relacionadas: a espacialidade da contestação social, a noção de tradução e as dinâmicas de difusão. Em todos os casos, são dispositivos interpretativos extremamente férteis que contribuem ao entendimento do ativismo transnacional emergente, algo fundamental já que as teorias "clássicas" dos movimentos sociais se configuraram tendo o Estado-nação como marco referencial praticamente exclusivo para o estudo dos atores sociais (BRINGEL e ECHART, 2008; ECHART, 2008)⁷. Ao mesmo tempo, estas dimensões supõem um desafio político crucial na atualidade para o aprofundamento na construção de alternativas transformadoras.

⁶ Uma das mais gratas exceções é o trabalho de Arturo Escobar (2008) que tem servido como inspiração para antropólogos, sociólogos, geógrafos e vários estudiosos dos movimentos sociais que não se encaixam facilmente nas "fronteiras disciplinares realmente existentes". Para outras duas perspectivas latino-americanas complementares *vide* Flórez-Flórez (2007) e Scherer-Warren (2010).

⁷ Poder-se-ia acrescentar um quarto eixo fundamental que atravessa o debate pós-colonial associado aos movimentos sociais: o das "experiências" (em particular, a visualização de experiências silenciadas/marginadas/ocultas). Contudo, ainda que este tema seja central para um projeto de "descolonização das teorias dos movimentos sociais" e deva ser atualizado (pensando que experiências estão sendo estudadas/visibilizadas), não foi totalmente obviado já que a questão de resgatar as experiências sociais e históricas como base para a construção de uma abordagem dinâmica da realidade social foi bastante discutida na literatura sobre os movimentos sociais, principalmente a partir das contribuições seminais de Thompson (1963). No caso brasileiro, o livro de Eder Sader (1988) sobre as lutas dos trabalhadores da grande São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 continua sendo uma referência fundamental neste sentido, mas o que dizer de lutas sociais e dinâmicas de resistências em lugares pouco conhecidos?

A espacialidade da ação coletiva

Começamos por esta pergunta básica, porém com profundas implicações: Por que o espaço e o lugar importam no estudo da ação coletiva? O que aportam ao entendimento das dinâmicas dos movimentos sociais? Trata-se de uma pergunta que os geógrafos vêm debatendo há um bom tempo. No mundo anglo-saxão, onde a geografia política crítica tem um amplo espaço, as obras seminais de Lefebvre (1974) e Agnew (1987), além da crescente importância de uma sensibilidade espacial nas ciências sociais, serviram de inspiração para as contribuições pioneiras de Routledge (1993) e Miller (2000), que não somente se perguntaram sobre o que motiva o conflito social e as reivindicações coletivas, mas também como o lugar e o espaço afetam as maneiras como estas ações coletivas são constituídas. Na América Latina, e em particular no Brasil, onde a vasta obra de Milton Santos é referência iniludível, a dimensão espacial das lutas sociais assim como os processos de territorialização dos movimentos sociais também vêm sendo estudados desde a década de 1990 (FERNANDES, 1999; 2000). Na África, a resistência à geografia colonial e as representações hegemônicas do espaço são foco de muitas análises a partir das contestações sociais, organizadas em movimentos ou não, que articulam uma "contra-geografia" das fronteiras, das migrações e das práticas espaciais subalternas (BEN ARROUS e KIZERBO, 2009).

Em todos esses diferentes casos encontramos uma resposta comum à nossa pergunta inicial: o espaço não é um mero contexto da ação coletiva, mas campo de disputa e luta. A alteração dos lugares e a criação de novas territorialidades podem mudar as relações de poder, então a luta dos movimentos sociais também é, como argumenta Porto Gonçalves (2001), uma luta por "novas geografias", ou seja, por novas formas de apropriar-se e de representar o espaço. Vejam que não estou falando especificamente de um debate sobre como abordar os movimentos sociais a partir da geografia, algo interessante, mas insuficiente. O que se propõe aqui é a importância de considerar a espacialidade do ativismo como um rasgo que transcende os limites disciplinares. Esta consideração cria um terreno fértil de interpretação baseado no estudo das práticas espaciais dos movimentos sociais, principalmente na exploração de três dimensões:

- i) A estrutura geográfica de um movimento social e suas implicações para a mobilização/desmobilização;
- ii) As redes e a construção social das escalas de intervenção política;
- iii) A relação entre lugar e identidade.

estudo detalhado dessas dimensões contribui para superar as metáforas espaciais tão presentes em grande parte do debate pós-moderno e pode aproximar o estudo da ação coletiva ao debate pós/descolonial através da exploração de três conceitos chave: lugar, escalas e redes. Isto não quer dizer que o conceito de território, tão utilizado para o estudo dos movimentos sociais na América Latina, não seja importante. Nem tampouco que uma variável (lugar, escala ou rede) seja mais relevante que outra (LEITNER, SHEPARD e SZIARTO, 2008). Ao chamar atenção a uma dimensão mais ampla da espacialidade da contestação social quero destacar a importância de pensar as complexas espacialidades contemporâneas, múltiplas e imbricadas, que não podem ser entendidas somente com uma visão territorial do lugar. De fato, pode-se distinguir entre concepções territoriais e relacionais do lugar (NICHOLLS, 2009). No primeiro caso, a ênfase está na coesão estrutural das relações sociais em lugares particulares, enquanto no segundo caso o foco dirige-se às interações contingentes de diferentes atores sociais. Trata-se de uma significativa diferença analítica, importante para gerar um marco analítico capaz de ir além do estudo isolado dessas variáveis que possuem papéis diferentes, mas complementários nas dinâmicas espaciais da contestação social. Além disso, esta análise das múltiplas espacialidades das ações coletivas e dos movimentos sociais contribui para superar as oposições binárias típicas da modernidade ocidental, tais como *espaço* (como algo mais geral e fluido) *versus lugar* (como mais particular e fixo); *território versus redes*, ou *local versus global*, como esferas totalmente diferentes e desconectadas. Longe de ser um dilema excludente, estas dimensões devem ser analisadas em contínua tensão no contexto de espacialidade do ativismo social contemporâneo.

Somente assim o "lugar", cujo olvido consistiu em um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social (ESCOBAR, 2005; SLATER, 1992), aparece como um elemento dinâmico, político, imbuído de significados e (contra) poderes. As lutas dos movimentos sociais por ressignificar, subverter e defender os lugares normalmente não é simplesmente uma estratégia de luta local, mas frequentemente implica a

construção social de escalas tanto em seu salto ao terreno nacional, regional ou global, como na superposição dessas escalas, onde há uma contínua tensão entre atores e projetos. Neste processo, as redes de movimentos sociais, sejam formais ou informais, táticas ou estratégicas, possuem um papel central já que possibilitam o intercâmbio de experiências e informação e a criação de identidades coletivas e elos simbólicos (SCHERER-WARREN, 2008), chamando a atenção para o "sentido global do lugar" (MASSEY, 2005).

O trabalho de tradução

Na interface dos fluxos (migratórios, comunicativos, educativos etc.) e das redes do ativismo contemporâneo é onde aparece com grande importância o trabalho de tradução, entendido, em última instância, como um esforço para reforçar as convergências e sinergias a partir da diversidade e de um impulso contra-hegemônico. Este é o sentido dado por Boaventura de Sousa Santos, um dos autores que contribuíram para popularizar o termo, a partir de uma teorização mais ampla onde propõe desenvolver um novo tipo de razão, que seria muito mais que outra teoria geral ou inclusive que outro tipo de ciência social. O autor considera que "sem uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante (...) todas as propostas apresentadas pelas novas análises sociais, por mais alternativas que se considerem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito" (SANTOS, 2002, p. 238). Trata-se então de desenvolver uma "razão cosmopolita", que ele define como oposta à racionalidade ocidental (catalogada como "razão indolente"), baseada em três procedimentos sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Deste modo, para o autor, "a alternativa à teoria geral é o trabalho de tradução entendido como um procedimento que permite criar inteligibilidade entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e das emergências" (SANTOS, 2002, p.262). Deste modo, o trabalho de tradução incide tanto nos saberes como nas práticas. Enquanto, nos primeiros, assume a forma de uma *hermenêutica diatópica*, nas segundas, tem lugar entre as *práticas sociais e seus agentes*.

A noção de tradução entra assim de cheio no debate pós-colonial e autores como Bachmann-Medick (2006) chegam a falar de um *translational turn* dentro da atual "coexistência eclética de giros teóricos (espaciais,

culturais, linguísticos...)". Sua relação com a anterior discussão sobre a espacialidade toma-se visível ao observar que nenhum ato de tradução tem lugar em um espaço neutro ou de igualdade absoluta e o próprio ato de tradução e seus efeitos podem transformar os lugares, repercutindo em maior ou menor medida na ação dos atores sociais. Outra questão chave reside em que um dos desafios centrais do trabalho de tradução é a conexão Norte-Sul, a partir do possível potencial descolonizador que este mecanismo pode ter. No entanto, como anteriormente já avancei em termos mais amplos, apesar de concordar com o potencial normativo, epistêmico e político do trabalho de tradução, penso que a noção está imbuída de dimensões fundamentais, muitas vezes problemáticas, que devem ser exploradas em maior profundidade, no nosso caso em concreto, para captar as dinâmicas do ativismo transnacional contemporâneo. Ou seja: é necessário desenvolver exemplos concretos e trabalhos empíricos que permitam visualizar a relevância de dito trabalho de tradução, suas situações de interação e limites, e incorporando também, como veremos mais adiante, os mecanismos de mediação, difusão etc.

Em Cairo e Bringel (2010) buscamos avançar, de forma inicial, em alguns desafios para a tradução de saberes e práticas sociais dos movimentos sociais, partindo de um diálogo com o clássico trabalho "A tarefa do tradutor", de Walter Benjamin, onde o autor, tradutor do poeta francês Baudelaire, problematiza alguns desafios da tarefa do tradutor literário". Problematizemos as seguintes questões: Por que traduzir? O que traduzir? Que tensões e convergências existem entre as diferentes tarefas? Que tensões emergem entre "literalidade" e "adaptabilidade"? Quem são os potenciais tradutores?

A primeira questão está relacionada à questão da inspiração ou motivo que leva o tradutor a traduzir, que, no caso da tradução de práticas sociais e saberes, é uma inspiração de intervenção política. Em alguns casos - como na "Rede Babels", com a qual colaborei em várias ocasiões - junta-se tanto a tradução de idiomas como a tradução de saberes. Esta rede nasce em 2002, em Florença (Itália), no marco dos Fóruns Sociais, para possibilitar que os militantes participantes nesses espaços, mesmo que não falem uma língua colonial, possam se expressar; mas, ao mesmo tempo, ao ampliar

§ Resumimos abaixo, com algumas modificações, as principais discussões que desenvolvemos a partir de Cairo e Bringel (2010).

a diversidade de práticas e sentidos do debate, busca-se transformar seus resultados.

Já a segunda pergunta nos remete a dois elementos inter-relacionados (o objeto a traduzir e o que fica de fora da tradução) que passam por um filtro de juízos pessoais, por decisões políticas, pela subjetividade coletiva e pela existência de "zonas de contato" ou "áreas culturais de afinidade" que propiciam a escolha do que deve ser traduzido. Se nos aprofundarmos um pouco mais no debate nos encontramos com a terceira questão sobre as convergências e tensões entre tarefas, cujo dilema pode ser resumido da seguinte maneira: o ato de escrever não é igual ao ato de traduzir, da mesma forma que nossa militância cotidiana e/ou trabalho intelectual difere da tarefa de tradução *per se*, já que as finalidades são distintas. Por outro lado, no processo de tradução, parece haver outra tensão: neste caso entre "literalidade" (fidelidade frente à palavra) e "adaptabilidade" (liberdade de reprodução mantendo o sentido original). Nesta quarta questão está implícita a seguinte pergunta: que valor tem para um tradutor de saberes e/ou práticas sociais a fidelidade, se o que busca é a reprodução de sentido e, em última instância, a geração de um produto/ação política transformadora? Certamente pouco sentido. Veja que se face à pergunta "o que é o *sumak kawai*?" o tradutor responde simplesmente "buen vivir" (em castelhano) ou "viver bem" (em português), a fidelidade da tradução de um saber/prática social de pouco vale para refletir o sentido desse conceito derivado de uma visão indígena ancestral que supõe uma importante ruptura com os marcos de atuação e concepção na/da modernidade.

Entretanto, a questão que mais nos interessa aqui é a última: quem são os potenciais tradutores? É uma questão central para desvelar os processos de tradução no ativismo transnacional contemporâneo (BRINGEL e ECHART, 2009; 2010). No caso da rede Babels são ativistas voluntários de diferentes procedências, conscientes da necessidade de pluralizar o debate dentro dos movimentos sociais globais. Já para Boaventura de Sousa Santos, os tradutores de saberes e práticas devem ser intelectuais cosmopolitas, uma proposição que lhe aproxima bastante de algumas teorizações recentes sobre os "mediadores", "facilitadores" ou "pontes" nos processos de contestação política transnacional. Sidney Tarrow (2005) lança uma proposta similar,

porém mais ampla, apropriando-se do termo "cosmopolita enraizado"⁹, cunhado por Appiah (1996), para definir aqueles ativistas ou grupos com identidades flexíveis (caracterizados pelo caráter inclusivo e ênfase na diversidade) e múltiplas referências (vários sentidos de pertencimento e atividade militante em diferentes iniciativas e/ou movimentos). Para Tarrow (2005, p. 29), o cosmopolita enraizado "mobiliza oportunidades e recursos domésticos e internacionais em ordem a conseguir determinadas demandas e avanços em nome de atores externos, contra opositores externos ou a favor de objetivos comuns com aliados transnacionais". Os ativistas transnacionais que se encaixam dentro do perfil proposto por Tarrow estariam, por tanto, *enraizados* em contextos nacionais específicos, mas imersos em atividades políticas de contestação que os insere em redes transnacionais de contatos e ações coletivas de diferentes tipos.

A proposta de Tarrow é certamente fértil para pensar o perfil de possíveis tradutores nos processos de contestação transnacional, mas possivelmente acaba deixando de lado outro perfil de ativista que pode operar potencialmente como tradutor. Pensemos naquele militante que não se encontra enraizado em um contexto nacional específico, mas que tem várias referências que lhe impedem de ter um marco territorializado de militância, assim como raízes definidas (*rootless*). Trata-se de um perfil emergente de militantes identificados em alguma medida com alguns movimentos sociais conformados por migrantes e, em menor grau, com o movimento antiglobalização e o processo dos Fóruns Sociais, e que constroem seu âmbito de atuação política sem passar necessariamente pelo filtro do Estado-nação. A desterritorialização constante de muitos grupos, organizações e movimentos sociais supõe um processo de reterritorialização, no qual os atores sociais reformulam seus referentes, visões e marcos simbólicos e discursivos. Neste caso, o processo ocorre entre diferentes lugares, dentro ou não do Estado-nação.

Os *movimentos migratórios* supõem assim um importante desafio para os *movimentos sociais*, tanto no que se referem às novas articulações militantes de "comunidades migrantes" (por exemplo, o associativismo dos senegaleses na Espanha e na França, os mexicanos nos Estados Unidos ou as experiências de protesto de refugiados sudaneses, no Egito), suas interações

⁹ Vide também Tarrow (2009) recentemente publicado no Brasil.

e solidariedades com os movimentos sociais do lugar de origem e destino (um exemplo são as campanhas de solidariedade de ativistas locais contra a criminalização dos migrantes sem papéis), como também, num sentido mais amplo, pela reconfiguração e incidência do processo migratório, independente da sua escala, na reconfiguração das subjetividades, representações e vínculos de pertencimento dos ativistas. As migrações e a diáspora são fatores determinantes na conformação deste perfil de militante, complementar ao proposto por Tarrow, que normalmente tem incorporado à sua própria biografia pessoal e familiar uma considerável história de narrativas migrantes. Poder-se-ia falar, assim, de um *ativista diaspórico* com uma militância política marcada pela dispersão, que se produz, inclusive, de forma simultânea, em ao menos dois lugares, e que ainda que mantenha, em alguns casos como o africano, uma memória privilegiada sobre o lugar de origem e um território compartilhado, não está necessariamente pautada pela territorialidade do Estado-nação ou de uma região particular do mundo, mas por um projeto político e social específico, imbuído em várias territorialidades e em múltiplas espacialidades. No imaginário destes ativistas diaspóricos, estes projetos normalmente estão enquadrados na práxis de movimentos sociais transformadores, atos quotidianos de resistências ou práticas contestatórias que contribuem a gerar um imaginário alternativo sobre seu referente de conexão ou origem. Possuem, neste sentido, uma "identidade diaspórica" (HALL, 2003) que se refere a pessoas com dois ou mais mundos, com duas ou mais línguas, com múltiplas referências, "*pessoas que já não têm raízes, mas rotas*. E nestas - nas rotas - vão se encontrando" (VIEITEZ; JABARDO, 2006, p. 183)¹⁰.

¹⁰ Em seu excelente trabalho sobre a imigração brasileira aos Estados Unidos, Lins Ribeiro (2000: 216-217) traça três perfis de migrantes: a) aqueles com interesses imediatos, pragmáticos, determinados pela obtenção de um objetivo econômico a curto prazo e que definem sua permanência no país de destino como temporária; b) aqueles que assumem que não voltam a viver no país de origem, tendo seus projetos de vida vinculados à sua permanência no país de destino; c) aqueles que dependem do entrelaçamento, da fusão, dos seus interesses, oportunidades e redes sociais mantidas nestes dois lugares. Quanto a este último caso, Lins Ribeiro fala de *transmigrantes* para os quais as fronteiras políticas pouco representam. Este é o perfil que mais se aproxima ao do ativista diaspórico que propomos acima.

Dinâmicas de difusão

Na atuação tanto dos ativistas diaspóricos como dos cosmopolitas enraizados é fundamental observar as áreas culturais de atuação e cantata que determinam os sentidos das convergências ativistas em redes policêntricas e os desafios dos potenciais tradutores, a exemplo das atividades de mediação que permitem que o processo vá além das relações linguísticas e entrem no terreno da ação. Outra dimensão crucial muito ligada tanto à espacialidade como ao trabalho de tradução são as dinâmicas de difusão, ou seja, aqueles elementos e mecanismos que permitem entender como discursos, demandas, experiências e repertórios de protesto se disseminam entre os diferentes lugares, em alguns casos, muito distantes uns dos outros.

Neste caso estamos frente a um terreno de discussão com longa trajetória no estudo dos movimentos sociais e que pode contribuir na interpretação das novas geografias pós-coloniais ao explicar que certas práticas sociais não se repetem em outras partes simplesmente por um "efeito bola de neve" ou por contágio. Contudo, apesar de sua importância e tradição (o primeiro estudo sobre o tema de Jack Walker sobre a difusão de inovações em políticas públicas entre os estados norte-americanos data de 1969), até recentemente os estudos haviam se centrado somente em alguns aspectos das dinâmicas de difusão que articulam a ação coletiva. O lançamento recente do livro "Dinâmicas de difusão", de Givans, Roberts e Soule (2010), constitui a primeira tentativa de elaborar um marco multidimensional e mais integrado para analisar as dinâmicas de difusão a partir do desenvolvimento teórico e empírico de três perguntas fundamentais: O que está sendo difundido? Como a difusão ocorre? Qual é o impacto da difusão?

No primeiro caso entrariam, por exemplo, as formas de protesto (de repertórios clássicos como greves e manifestações a outros mais contemporâneos como *flash-mob* e os marcos interpretativos (definidos

11 *Flashmob* é um tipo de ação coletiva simbólica e rápida (daí o termo "flash") relacionada ao "cyberativismo" contemporâneo, onde um grupo de pessoas ocupam o espaço público, normalmente convocadas por Internet ou mensagens de telefones celulares, para desempenhar alguma *performance*, que pode ser reivindicativa ou não. Encontramos um exemplo desta ação coletiva quando em Maio de 2010, no início da Cúpula dos Povos de Madri, realizada em oposição à Cúpula Oficial dos Presidentes e Chefes de Estado da União Europeia e da América Latina e do Caribe, umas sessenta pessoas se reuniram na Praça

pelos atores para identificar problemas e adversários comuns, gerar novas demandas e pautas de mobilização) que são constantemente adaptados e redefinidos durante o processo de difusão. No caso da segunda questão, identifica-se uma série de mecanismos que contribuem com a difusão dessas formas de protesto, marcos interpretativos e outros elementos da prática (social-espacial) dos movimentos sociais, o que permite ir para além das interpretações habituais centradas somente no "fato" da difusão em diferentes espaços sociais e geográficos. Em particular, Tarrow (2005, 2010) propõe três formas principais de difusão: relacional (a emulação de novas formas de contestação por parte de atores com relações prévias de confiança, intimidade ou comunicação regular com aqueles que iniciaram ditas formas), não relacional (a emulação de novas formas de contestação por parte daqueles atores que aprendem estas formas a partir de formas impessoais como os meios de comunicação) e mediada (a emulação de novas formas de contestação por parte de atores sem laços prévios com aqueles que iniciaram estas formas e a partir da intervenção de terceiros que mantêm uma relação de confiança tanto com os iniciadores como com os que a adotam). Pensemos, respectivamente, naqueles casos onde: a) os atores sociais se relacionam intensamente entre si e neste processo compartilham, aprendem e adaptam suas visões; b) atores sociais dispersos pelo globo reinventam sua própria forma de contestação utilizando imagens, notícias que chegam, de forma instantânea, através dos meios de comunicação global; c) um terceiro ou intermediário traslada essas novas formas de contestação a um grupo que não tem contato com aquele que a originou. Neste último caso, os tradutores de práticas sociais e saberes jogam um papel fundamental.

Last, but not least, está a questão de qual é o impacto da difusão, onde a espacialidade e construção das escalas de intervenção da ação coletiva volta a ser central. A crescente relação entre as diferentes escalas é visível em muitos casos onde um protesto local acaba vinculando-se a lutas nacionais ou globais (BORRAS; EDELMAN; KAY, 2008; BRYSK, 2009). Espaços como os Fóruns Sociais (mundiais, regionais, temáticos...) fomentaram

de Callao, no centro da capital espanhola, e ativaram todas juntas, durante um minuto, despertadores que haviam sido levados expressamente para a ação. O objetivo? "Acordar" a população espanhola para os efeitos nefastos de algumas políticas europeias na América Latina.

na última década esta interação, servindo como espaços de convergência onde a difusão ocorre. De forma paralela, muitos movimentos e redes de movimentos construíram seus próprios espaços onde se pode observar até onde chegam os mecanismos de difusão. Mas esta não é a contribuição mais importante de Givans, Roberts e Soule (2010). O principal aporte desses autores é apresentar a difusão não como um processo automático, mas sim criativo e contingente; não como mero sinônimo de "salto de escala", mas como parte integral da espacialidade da ação coletiva e dos movimentos SOCIAIS.

4. Para (não) concluir: novas geografias pós-coloniais do ativismo rural transnacional

Muitos analistas ainda parecem assombrados por como indígenas e camponeses (associados ao atraso e ao "tradicional" como oposição ao avanço e ao "moderno" pela visão moderno-colonial, assim como a uma visão passiva pelo marxismo clássico) ocupam, na atualidade, um espaço de destaque dentro do cenário internacional da contestação global. O Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) levantou-se, em 1994, na Selva Lacandona. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil é conhecido e tem alianças e apoios em praticamente todo o mundo. As grandes mobilizações recentes na região andina foram impulsionadas em grande medida por movimentos rurais, indígenas, cocaleiros e outros. Na Índia, os camponeses do Karnataka Rajya Raitha Sangha (KRRS) vêm protagonizando, há quase duas décadas, mobilizações massivas contra a liberalização da agricultura. Nas mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, no dia 1º de Setembro de 2003, o coreano Lee Kyung Hae se imolou com um cartaz que dizia: "A OMC mata os camponeses".

Estes são somente alguns dos exemplos mais conhecidos de resistências que não são isoladas. Entre os movimentos progressistas do campo muitos estão articulados internacionalmente em torno de La Via Campesina (LVC), que alberga 148 organizações de 69 países da Ásia, África, Europa, América do Norte e América Latina. Também há outras articulações importantes de caráter regional, como a Coordenadora Latino-Americana de Organizações Campesinas (CLOC). Mas devemos ser cautelosos

analiticamente para que a grande força atual de movimentos como LVC e a ampla proliferação de uma série de redes, organizações e coalizões formais não nublem as múltiplas e complexas dinâmicas informais tecidas entre os movimentos rurais no cenário internacional (EDELDMAN, 2005). Para isto, é fundamental considerar e trabalhar nos desafios teóricos e políticos mencionados até agora: a espacialidade da ação coletiva (a importância do lugar, da dimensão territorial relacionada à identidade e também a construção social de redes e de escalas de intervenção política e a inter-relação entre elas), o trabalho de tradução (quem são os tradutores de práticas sociais e saberes e como funciona esse processo em diferentes casos) e as dinâmicas de difusão (que permitem observar os mecanismos utilizados para difundir no espaço-tempo mensagens, discursos, ações de protesto e, em suma, um imaginário alternativo e transformador).

Como pôde ser visto até agora, minha intenção neste texto foi uma intervenção fundamentalmente teórica. Contudo, reflitamos brevemente no terreno empírico sobre um caso com o qual trabalhamos durante os últimos oito anos e que pode ilustrar melhor alguns dos argumentos expostos: a internacionalização do MST e suas interações e dinâmicas transnacionais com outras organizações e movimentos sociais rurais na África, Europa e na América Latina.¹² Vejamos brevemente quatro importantes considerações relacionadas ao nosso tema, que não pretendem ser exaustivas nem conclusivas, mas sim, abrir pistas e horizontes para trabalhos futuros.

Primeira consideração: a internacionalização do MST é parte de uma política de múltiplas espacialidades do movimento e se inicia inclusive antes de seu nascimento oficial no ano 1984. A maioria dos estudos recentes sobre movimentos sociais transnacionais destaca a década de 1990 (contexto de globalização) como ponto de inflexão fundamental para a emergência desses movimentos; de fato, é um período crucial; porém, não podemos obviar a

¹² Nos últimos anos acompanhei de forma sistemática o MST, desde dentro (nos seus acampamentos e assentamentos) e fora das fronteiras brasileiras (nos seus comitês de apoio pelo mundo, em redes, iniciativas, experiências, projetos e ações de que participa), prestando especial atenção para os fluxos (de pessoas, comunicativos e educativo-formativos) e redes transnacionais em que o movimento está inserido. Em alguns textos, como Bringel (2006), Bringel, Landaluze e Barrera (2008), Bringel e Falero (2008) e Cairo e Bringel (2010), articulo de diferentes maneiras esta discussão. Uma análise mais completa e multidimensional será publicada no ano que vem, em livro.

análise de muitas iniciativas, redes e interações que datam de décadas anteriores, no caso do MST, inclusive antes de sua própria fundação, já que como nos indicou Magui Balbuena - líder campesina do Paraguai - em entrevista publicada em um jornal espanhol¹³, ela própria se exiliou no Brasil com a ditadura no Paraguai. O resultado desse deslocamento foi a criação de relações incipientes com movimentos sociais e sindicatos brasileiros no final dos anos 1970, o que levou à participação indireta de militantes paraguaios (e de países como a Argentina e o Uruguai) na gestação do próprio MST. Para além desse exemplo, houve muitas outras articulações e campanhas durante os anos 1980, como as celebradas contra a dívida externa. Isto nos leva à dificuldade de aceitar uma periodização rígida onde, em primeiro lugar, estejam o nascimento e a formação do movimento (década de 1980), logo depois sua territorialização e consolidação (década de 1990), e somente depois sua internacionalização. Pelo contrário, desde seu nascimento o MST buscou articular várias escalas (local, nacional, regional e global) de atuação gerando uma espacialidade complexa e multidimensional, o que em parte explica o "êxito" do movimento ao conseguir articular uma organização de base e com projetos educativos, produtivos e de vida alternativos com solidariedades e alcance político e social em diferentes lugares.

Segunda hipótese: a internacionalização dos movimentos sociais e suas dinâmicas e interações transnacionais respondem a uma viagem de ida e volta. Ou seja: não podemos analisar somente como há um salto de escalas do local ao global (foco da maioria dos estudos recentes). Devemos pensar também como a inserção dos movimentos sociais no cenário internacional e em dinâmicas transnacionais leva a uma reconfiguração de suas demandas, imaginários e práticas espaciais em diferentes níveis. Os lugares são alterados nestes processos e, no caso do MST, é interessante observar, por exemplo, como foi (está sendo) a recepção dessa inserção inter/transnacional em acampamentos, assentamentos e militantes de diferentes estados.

Terceira reflexão: na conexão do MST com outros movimentos sociais da Europa, da América Latina e do Caribe, da América do Norte e da África, há vários dispositivos que contribuem para o intercâmbio militante internacional e para a difusão de formas de protesto e marcos

¹³ Entrevista realizada por mim e Jon Sanz Landaluze. Publicada no *Diagonal Periódico*, Madri, no dia 07 de Novembro de 2009.

interpretativos: relacionais (como as brigadas de militantes do MST para fora - de Moçambique ao Haiti, passando pela Venezuela, entre outros - e de outros movimentos sociais para o Brasil para conhecer diretamente a experiência do movimento), não relacionais (jornais, revistas, páginas *webs*, documentos, vídeos) e mediados (algumas ONGs, redes e os Comitês de Apoio ou "Grupos de Amigos do MST", existentes principalmente na Europa e nos Estados Unidos, e que contribuem para a difusão das ideias, campanhas e lutas do MST, baseados no internacionalismo e na solidariedade política).

Finalmente, não podemos terminar este ensaio sem lançar uma pergunta final: contribuem estas redes e movimentos sociais transnacionais para a descolonização do saber e do poder? A resposta é difícil e nos remete a um campo de tensão entre um processo incipiente de geração de confiança, solidariedades, intercâmbios horizontais e articulação de um horizonte transformador de caráter transnacional, que implica formas alternativas e não mercantilistas de produção, educação e socialização *versus* a reprodução parcial de práticas sexistas e racistas e de rasgos que mantêm a colonialidade do saber e do poder, já que os espaços de "exterioridade" propostos por Dussel (aqueles relativamente exteriores, nem puros nem absolutos, que não foram completamente colonizados pela modernidade europeia) são escassos devido à força do colonialismo cultural. "Não somos marcianas, nem supermulheres. Somos pessoas que vivemos em lugares onde estas questões estão presentes", diziam algumas militantes africanas do movimento transnacional, na Marcha Mundial das Mulheres, quando indagadas sobre o tema. Além disso, em alguns casos, pode haver no ativismo transnacional uma "imposição implícita" de modelos e referentes culturais, organizativos e discursivos de movimentos e organizações mais fortes frente às dinâmicas e referenciais mais marginais daqueles movimentos mais reduzidos.

Em suma, estamos frente a uma dinâmica contraditória, porém enriquecedora e promissora devido à constante reflexão e autocrítica sobre as próprias práticas sociais. Esta contínua problematização leva, por exemplo, a que o Setor de Gênero do MST e da Via Campesina faça um trabalho (interno e externo) fundamental na luta contra a cultura patriarcal para além do discurso ocidental politicamente correto; ou também a que constantemente se realizem encontros internos, onde a tradução opera como mecanismo fundamental para refletir acerca das diferentes visões sobre os significados da terra, a transformação social, as estratégias e repertórios

de protestos utilizados etc. É assim como o desconhecimento se converte, pouco a pouco, em reconhecimento, e vai sendo gerado um horizonte que busca romper com as cadeias da colonialidade e com as próprias práticas e projetos de "esquerda", ainda bastante colonizados.

Bibliografia

AGNEW, J. (1987). *Place and Politics: the geographical mediation of state and society*. Boston: Allen and Unwin,

APPIAH, K. A. (1996). "Cosmopolitan Patriots", In: COHEN, Joshua (Ed.) *For love of country*. Boston: Beacon Press.

ARCHER, M. (2003). *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.

BACHMANN-MEDICK, D. (2006). *Cultural Turns. Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*, Reinbek bei Hamburg: Rowohlt.

BEN ARROUS, M.; KI-ZERBO, L. (Eds.) (2009). *Études africaines de géographie par le bas*. Dakar: CODESRIA.

BORRAS JR, S.; EDELMAN, M.; KAY, C. (Eds.) (2008) *Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization*. Oxford: Willey-Blackwell.

BRINGEL, B. (2011) "A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow". *Política & Sociedade*, Universidad Federal de Santa Catarina, Dossiê Movimentos Sociais, Participação e Democracia. No prelo.

_____ (2009) "O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil". *ECCOS Revista Científica*, v.11, n.1, p.97-121.

_____ (2006) "El lugar también importa: las diferentes relaciones entre Lula y el MST". *Revista NERA*, Presidente Prudente (UNESP), ano 9, n.9, p.27-48.

Breno Bringel

BRINGEL, B.; ECHART, E. (2010). "10 anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional". *Ciências Sociais UNISINOS*, v.46, n.1, p.2S-36.

_____ (2009) "Crisis globales y luchas transnacionales". In: IBARRA, Pedro e GRAU, Elena (Orgs.) *Crisis y respuestas en la red Anuario de Movimientos Sociales 2009*. Barcelona: Icaria, p.210-220.

_____ (200S). "Movimentos sociais e democracia: os dois lados das 'fronteiras'". *Caderno CRH*, v.21, n.54, p.457-475.

BRINGEL, B.; FALERO, A. (200S). "Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial". *Caderno CRH*, v.21, n.53, p.269-288.

BRINGEL, B.; LANDALUZE, I.; BARRERA, M. (2008). "Solidaridades para el desarrollo: la política de cooperación activista con el MST brasileño". *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, n.21, p.195-209.

BRYSK, A. (2009). *De la tribu a la aldea global. Derechos de los pueblos indígenas, redes transnacionales y relaciones internacionales en América Latina*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

CAIRO, H.; BRINGEL, B. (2010). "Articulaciones del Sur Global: afinidad cultural, internacionalismo solidario e Iberoamérica en la globalización contra-hegemónica". In: CAIRO, Heriberto e GROSGOQUEL, Ramón (Eds.) *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa. Diálogos Europa-América Latina*. Madrid: IEPALA, p.233-255.

CHINWEIZU (1987) *Decolonising the African Mind*. Lagos: Pero Press.

DOMINGUES, J. M. (2009). "Modernity and modernizing moves. Latin America in Comparative Perspective". *Theory, Culture & Society*, v.26, n.7-S, p.20S-227.

DUSSEL, E. (1977). *Filosofía de la liberación*. México D.F.: Edicol.

_____ (1999) *Posmodernidad y Transmodernidad. Diálogos con la Filosofía de Gianni Vattimo*. Puebla: Universidad Iberoamericana Golfo Centro.

EDELMAN, M. (2005). "Bringing the Moral Economy back in... to the study of 21st-Century Transnational Peasant Movements". *American Anthropologist*, v.107, n.3, p.331-345.

ECHART, E. (2008). *Movimientos Sociales y Relaciones Internacionales. La irrupción de un nuevo actor*. Madrid: IUDC-Catarata.

ESCOBAR, A. (2005). "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?". In: LANDER, Edgardo (Ed.) *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, pp.133-168.

_____ (2008) *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Duke: Duke University Press.

FALS-BORBA, O. (1961). *Campeños de los Andes: estudio sociológico de Saucío*. Bogotá: Universidad Nacional.

_____ (1979) *El problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Bogotá: Tercer Mundo.

FERNANDES, B. M. (1999). *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____ (2000) "Movimento Social como Categoria Geográfica". *Revista Terra Livre*, n.15, p. 59-85.

FLÓREZ-FLÓREZ, J. (2007). "Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos. Las claves analíticas del proyecto modernidad colonialidad". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOUEL, Ramón (Eds.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Universidad Central/Siglo del Hombre Editores, p. 243-266.

GIVANS, R.; ROBERTS, K.; SOULE, S. (Eds.) (2010). *The diffusion of social movements: actors, mechanisms and political effects*. Cambridge: Cambridge University Press.

GOHN, M. G. (1997) *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

GONZÁLEZ, K. E. (2010). "La opción descolonial del saber: ¿analizar para transformar u horizontalidad entre transformación y análisis?". In: CAIRO, Heriberto e GROSFUGUEL, Ramón (Eds.) *Descolonizar la modernidad, descolonizar Europa. Diálogos Europa-América Latina*. Madrid: IEPALA, p.171-189.

HARDING, S. (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.

HALL, S. (2003). "Cultural identity and diaspora". In: BRAZIEL, J.E. e MANNUR, A. (Eds.) *Theorizing Diaspora: a reader*. Oxford: Blackwell, p.233-246.

YOUNG, R. (2003). *Postcolonialism*. Oxford: Oxford University Press.

KALANDA, M. (1965). *La Remise en Question: Base de la Décolonisation Mentale*. Bruxelles: Editions Remarques Africaines.

KLANDERMANS, B.; ROGGE BAND, C. (Eds.) (2007). *Handbook of social movements across disciplines*. New York: Springer.

LANDER, E. (Ed.) (2000). *Colonialidad el saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, K. (2008). "The spatialities of contentious politics". *Transactions of the Institute of British Geographers*, n.33,p.157-172.

LEFEBVRE, H. (1974). *Production de l'espace*. Paris: Anthropos.

UNS RIBEIRO, G.; ESCOBAR, A. (Eds.) (2008). *Antropologias dei mundo. Transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. Popayán: Enviñ/CIESAS.

LINS RIBEIRO, G. (2000). *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora da UnB.

MARTINS, P. H. (2011). "La crítica anti-utilitarista en el Norte y su importancia para el avance del pensamiento postcolonial en las Sociedades del Sur". *Política & Sociedade*, Universidad Federal de Santa Catarina, Dossiê Movimentos Sociais, Participação e Democracia. No prelo.

MAMDANI, M.; WAMBA-DIA-WAMBA, E. (Eds.) (1995). *African Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar: CODESRIA.

MASSEY, D. (2005). *For Space*. Londres: SAGE.

MELUCCI, A. (1989). *Nomads of the present: Social movements and individual needs in contemporary society*. Londres: Hutchinson Radius.

_____ (1996) *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

MIGNOLO, W. (2000). *Local histories/Global designs. Coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton: Princeton University Press.

MILLER, B. (2000). *Geography and Social Movements*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

NICHOLS, W. (2009). "Place, networks, space: the geographies of social movements". *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS34, pp.78-93.

OBENGA, I. (1992). *Ancient Egypt and Black Africa*. Chicago: Kamark House.

_____ (2004). *African Philosophy: the pharaonic period: 2780-330b.c.* Popenguine (Senegal): Per Ankh Publishers.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001). *Geo-grafias. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México D.F.: Siglo XXI.

ROUTLEDGE, P. (1993). *Terrains of resistance*. Westport, CT: Praeger Publishers.

SCHERER-WARREN, I. (2008). "Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?". *Caderno CRH*, v.21, n.54, p.

_____ (2010). "Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina". *Ciências Sociais UNISINOS*, v.46, n.1, p.18-27.

SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, B. S. de. (2002). "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 237-280.

_____ (2006) *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez,

SLATER D. (1992). "On the borders of social theory: learning from other regions", *Environment and Planning D: Society & Space*, n.10, p.307-27.

STAVENHAGEN, R. (1971). "Decolonizing applied social sciences". *Human Organization*, vol.30, nA, pp.333-357.

SVAMPA, M. (2007). "¿Hacia un nuevo tipo de intelectual?" *Revista Ñ*, Buenos Aires, 29 de Julio de 2007.

_____ (2008). *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI.

TARROW, S. (2005). *The new transnational activism* Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2009). "Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos". *Caderno CRH*, vol.22, n.55, p.151-161.

_____ (2010). "Dynamics of diffusion: mechanisms, institutions and scales shift". In: GIVANS, Rebecca; ROBERTS, Kenneth; SOULE, Sarah (Eds.) (2010) *The diffusion of social movements: actors, mechanisms and political effects*. Cambridge: Cambridge University Press.

TAYLOR, V. (1998). "Feminist methodology in social movements research". *Qualitative Sociology*, v.21, nA, p.357-379.

THOMPSON, E.P. (1963). *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin.

TOURAINE, A. (1978) *La voix et le regard*. Paris: Seuil.

_____ (1982) "O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica". *Novos Estudos*, v.1, n.3, pp.36-45.

VIEITEZ, S.; JABARDO, M. (2006). "África subsahariana y diáspora africana: género, desarrollo, mujeres y feminismos". In: ECHART, Enara e SANTAMARIA, Antonio (Coords.) *África en el horizonte: introducción a la realidad socioeconómica de África subsahariana*. Madrid: Catarata.

WALKER, J. (1969). "The diffusion of innovations among the American States". *American Political Science Review*, v.63, n.3, p.880-889.

WALLERSTEIN, I. (Org.) (1996). *Abrir las ciencias sociales: Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México D.F.: Siglo XXI

WALSH, C.; SCHIWY, F.; CASTRO-GÓMEZ, S. (Eds.) (2002). *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya Yala.